

BIOPOLÍTICA, RACISMO ESTRUTURAL E VIOLÊNCIA RACIAL NO BRASIL

PERINI, I. R.¹; SILVA, M. L.².

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica. Violência racial. Racismo estrutural.

RESUMO

Nos últimos anos, as pesquisas sobre relações raciais, raça e racismo no Brasil têm apontado para a violência como um dos aspectos fundamentais, que são explicados, entre outros, pelo chamado racismo estrutural. Em que pese o conceito não ser novo, vem ganhando proeminência nos estudos sobre o racismo no Brasil. Considerando o eixo analítico do racismo estrutural, o trabalho visa problematizar a violência racial no Brasil, seguindo a perspectiva foucaultiana da biopolítica. Dentre as manifestações da violência racial, destaca-se a cometida por parte da polícia, sobretudo a taxa de letalidade da população negra. No viés da biopolítica, é possível analisar as formas de governo da população, apresentando o modo de como a vida entra no cálculo político para governar e gestar as políticas que dizem respeito àqueles que têm a vida qualificada e àqueles cuja vida é marcada pela precariedade. Dessa forma, a biopolítica é uma forma de análise implicada simultaneamente na produção da vida e da morte. Logo, para determinados grupos humanos precarizados, a sociedade não produz enlutamento, o que torna esses grupos vulneráveis à necropolítica. A análise da governamentalidade presente nas táticas de governo utilizadas para gerir uma população ajuda a investigar mais a fundo a violência racial no Brasil, refletindo sobre os dados de violência que atingem a população negra.

BIOPOLITICS, RACIAL VIOLENCE AND STRUCTURAL RACISM IN BRAZIL

KEYWORDS: Biopolitics. Racial violence. Structural racism.

ABSTRACT

In recent years, research on racial relations, race and racism in Brazil has pointed to violence as one of the fundamental aspects, which are explained, among others, by the so-called structural racism. Although the concept is not new, it has been gaining prominence in studies on racism in Brazil. Considering the analytical axis of structural racism, the work aims to problematize racial violence in Brazil, following the Foucauldian perspective of biopolitics. Among the manifestations of racial violence, the one committed by the police stands out, especially the fatality rate of the black population. From a biopolitics perspective, it is possible to analyze the forms of government of the population, presenting the way in which life enters the political calculation to govern and manage policies that concern those who have a qualified life and those whose lives are marked by precariousness. In this way, biopolitics is a form of analysis simultaneously involved in the production of life and death. Therefore, for certain precarious human groups, society does not produce bereavement, which makes these groups vulnerable to necropolitics. The analysis of governmentality present in government tactics used to manage a population helps to further investigate racial violence in Brazil, reflecting on the violence data that affect the black population.

¹ Acadêmica do curso de Psicologia na Universidade de Santa Cruz do Sul.

² Doutor em história e docente do Departamento de Ciências, Humanidade e Educação na Universidade de Santa Cruz do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq/UNISC Identidade e Diferença na Educação e coordenador do Observatório de Educação e Biopolítica – OEBIO. E-mail: mozartls@unisc.br

1 INTRODUÇÃO

A realidade brasileira é historicamente caracterizada pelos altos índices de violência que atingem, em especial, a população negra do país, tornando-os alvos corriqueiros de homicídios e de intervenções policiais. Esse é o contexto que revelam os dados do Atlas da Violência e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com o Atlas da Violência, nos anos de 2017 e 2018, 75% das vítimas de intervenções policiais com resultado de morte foram pessoas negras. Ainda, nesses mesmos anos, os dados de homicídios gerais apresentam que os números de homicídios de pessoas negras são três vezes maiores que os números de homicídios de pessoas não negras.

Diante de tais dados, torna-se imprescindível o debate a respeito das relações raciais e os efeitos do racismo no Brasil, considerando o fato da violência ser um dos aspectos fundamentais, que são explicados, entre outros, pelo chamado racismo estrutural. Dentre as manifestações da violência racial dá-se ênfase à violência policial, sobretudo nas ações das forças de segurança pública em relação à população negra, e a tolerância com essas formas de violência devido ao luto seletivo da sociedade com esses grupos precarizados.

Frente a essas considerações, o presente artigo visa problematizar, na perspectiva da biopolítica, a violência racial no Brasil, considerando o eixo analítico do racismo estrutural. A partir de ferramentas conceituais oriundas dos estudos foucaultianos e seus comentadores, como Judith Butler e Achille Mbembe, o artigo analisa as formas de governo da população e o modo de como a vida entra no cálculo político determinando àqueles que têm a vida qualificada e àqueles cuja vida é marcada pela precariedade. Refletindo a respeito da precariedade de determinados grupos sociais, dados representativos do Atlas da Violência e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública explicitam a forma como a população não branca vem sendo cotidianamente vulnerabilizada no país.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Michel Foucault (2001) identifica o conceito de biopolítica como a entrada da vida e da população no cálculo político de Estado a datar do século XVIII. A partir de políticas de gestão dos sujeitos, a biopolítica se constitui de estratégias que visam o melhoramento da vida em geral, não mais do indivíduo, mas da população. Biopoder, de acordo com o filósofo, é a técnica utilizada pelo Estado para “fazer viver e deixar morrer”, em um cenário biopolítico, priorizando a vida daqueles que, aos olhos do governo, devem viver. Neste contexto, emerge o racismo de Estado como uma estratégia biopolítica para classificar as vidas que merecem ser vividas. A partir de estratégias biopolíticas, como o racismo, seria possível produzir táticas de governo e constituição da população, priorizando o aperfeiçoamento dessa, mesmo que em detrimento de outras vidas consideradas menos dignas perante ao Estado.

Dessa forma, o conjunto de táticas e estratégias que permitem exercer determinado poder sobre a população, a partir de análises e reflexões por parte do Estado, entram no conceito de governamentalidade, outro termo de Foucault. Por meio de modalidades de poder sistematizadas pelo Estado se estabelece uma regulação de conduta, um direcionamento às potencialidades existentes na população e, quando conveniente, a morte dos não desejados. A partir das concepções do filósofo, governamentalidade seria o governo controlando e direcionando condutas na sociedade, tendo em vista as utilidades dentro do sistema, com objetivo de conquistar seus interesses sociais e econômicos.

Nesse sentido, quando mencionamos o termo racismo estrutural implica não o racismo que age *sobre* ou *de um* indivíduo, mas o racismo enraizado nas estruturas políticas do Estado, nos currículos educacionais, no sistema judicial e penitenciário, ou seja, é o racismo inserido na governamentalidade do Estado. Silvio Almeida afirma: “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (2018, p. 38).

Devido a esse racismo que se institui nas estruturas que os sujeitos negros acabam por ocupar a base da pirâmide social e econômica, são alvos da violência e de tantos outros eixos que poderiam servir de análise. O racismo produz a precariedade. O conceito de *precariedade*, que surge a partir dos estudos da filósofa Judith Butler (2015), permite analisar os grupos da população que são excluídos no exercício da biopolítica, que são constituídos como vulneráveis perante o Estado, as instituições e relações sociais. Por ocuparem esse lugar da precariedade, permanecem à margem da sociedade, sem demandar o chamado luto social. As formas de violência que atingem esses grupos são toleradas pela sociedade, pois são insignificantes perante um sistema que estabelece as vidas que merecem ser preservadas. Ou antes, quais vidas serão consideradas vidas: “se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras” (BUTLER, 2018, p. 13).

Em 2020, Butler concede uma entrevista ao jornal eletrônico *El País* e reflete sobre as vidas passíveis de luto, questionando a possibilidade de algumas vidas serem consideradas lamentáveis, enquanto outras, não: “em que circunstâncias é possível lamentar uma vida perdida?”. A provocação da filósofa é a condição da precariedade que afeta grupos específicos das populações, como pobres, refugiados, LGBTQIA+, indígenas e, no caso dessa análise, a parcela negra da população. São vidas que não geram enlutamento, vidas que não geram comoção coletiva e que a morte vira uma normativa e até uma produção do Estado. Produzir a morte desses grupos é o que Achille Mbembe define como necropolítica.

Com estudos complementares ao de Michel Foucault, Mbembe (2019) desenvolve o conceito de necropolítica fazendo referência às táticas de governo na distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer. Para Mbembe, diferente da biopolítica, em que o Estado governa para “fazer viver e deixar morrer”, na necropolítica as técnicas utilizadas pelo Estado conduziram determinados grupos à morte. Não apenas por consequência, na necropolítica o objetivo seria produzir estratégias de precarização e eliminação de determinados grupos sociais/raciais.

A partir desses aspectos teóricos pode-se entender que, em função do racismo, há normalização das desigualdades e violências que atingem determinados grupos. Dessa forma, trata-se do racismo estrutural, devido a essas discriminações enraizadas na sociedade, nos seus diversos âmbitos, que resultam nos altos índices de violência racial. De extrema complexidade, para entender as origens da violência racial no país é necessário entender a construção histórica de um país escravocrata, de como o Estado conduz as relações raciais, o racismo estrutural e suas relações com o cenário atual.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A materialidade de pesquisa adotada consiste em dados pesquisados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública e no Atlas da Violência, delimitados entre os anos de 2015 a 2020, problematizados a partir do eixo analítico do racismo estrutural. Considerando, prioritariamente, o elemento de raça, as problematizações foram realizadas, também, com a intersecção de gênero. Sobretudo, dados que apresentassem a taxa de letalidade nas ações das forças de segurança pública, no que diz respeito à população negra, foram essenciais para a pesquisa.

Somado a isso, conceitos foucaultianos para compreensão da funcionalidade do Estado e as técnicas de governo para gestar uma população foram imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa. Ademais, há as análises da educação como dispositivo de governamentalidade biopolítica. A partir dessas considerações teórico-metodológicas, os dados apresentados pelas fontes citadas levam ao entendimento da dinâmica da violência no Brasil.

A seguir, apresentam-se gráficos com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e do Atlas da Violência.

Gráfico 1: Homicídios em geral de não negros e negros, 2015 – 2019:

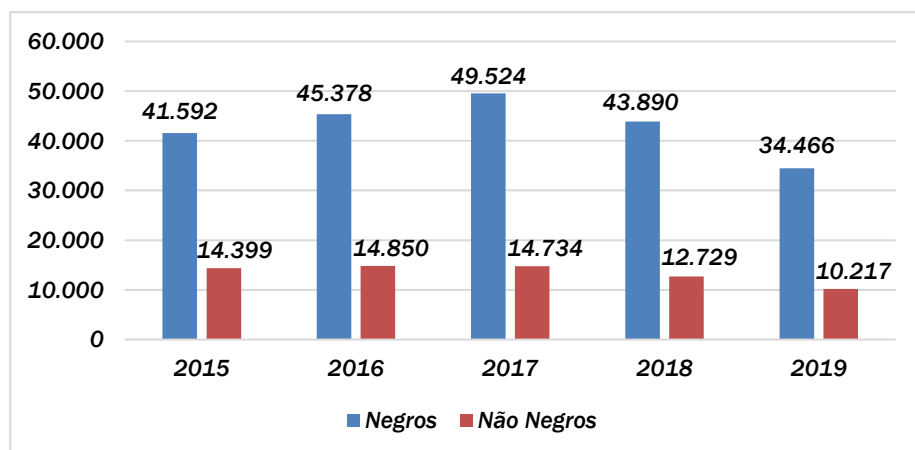


Gráfico 2: Homicídios em geral de mulheres não negras e negras, 2015 – 2019:

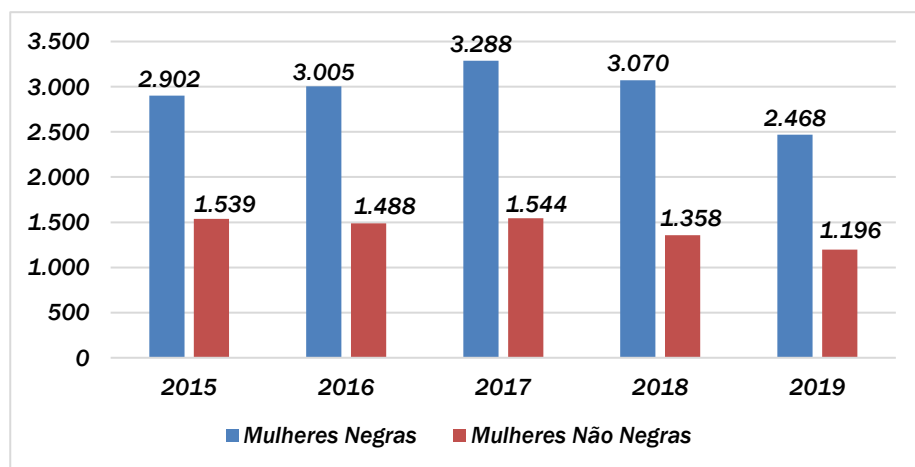
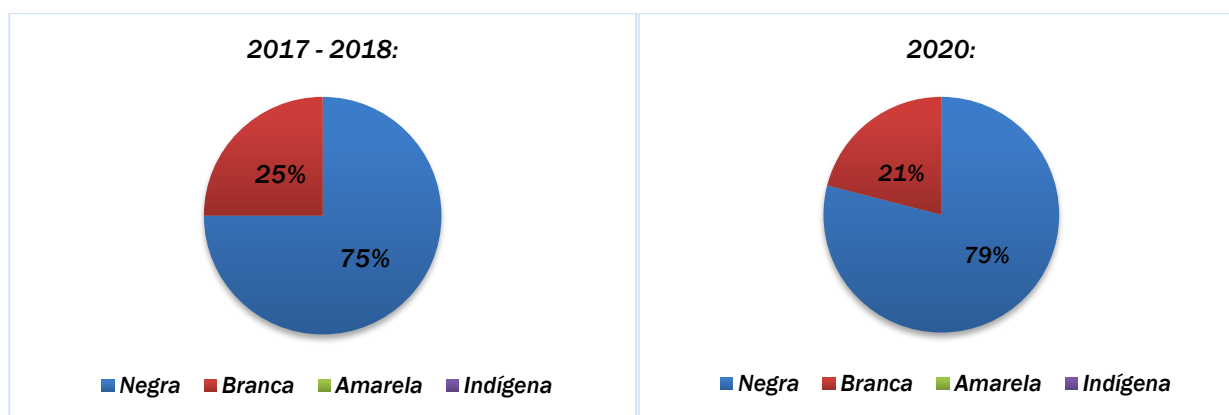
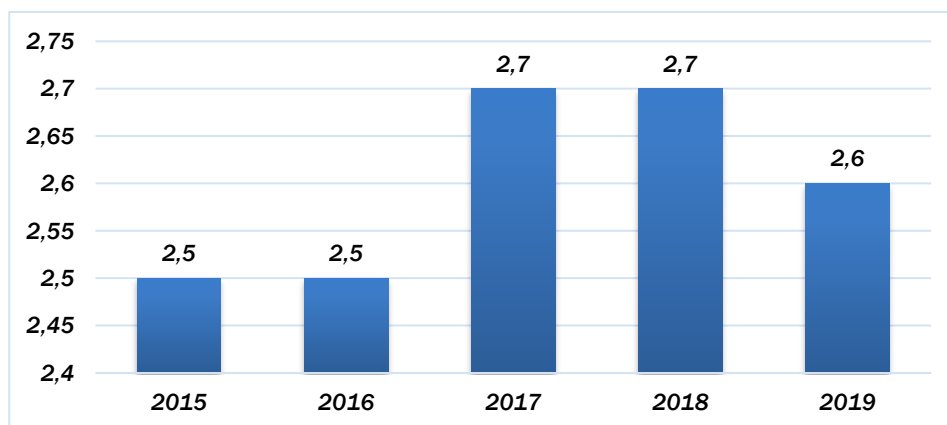


Gráfico 3: Raça/cor das vítimas de intervenções policiais com resultado de morte:**Gráfico 4: Chance de uma pessoa negra sofrer homicídios vis-à-vis uma pessoa não negra, 2015 - 2019:**

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados selecionados para problematizar a questão, que referenciam diretamente o tema da pesquisa, trazem análises capazes de elucidar a problemática. Segundo o IBGE, os negros representam 56,1% da população brasileira, mas mesmo assim, estão entre as populações vulneráveis, que são alvos de estratégias de precarização e eliminação. Referente aos dados de homicídios em geral de não negros e negros, analisando os cinco anos selecionados, os números de homicídios de negros se mantiveram três vezes maiores que os números de homicídios de não negros. Quando analisada a questão das mulheres, a problemática continua a mesma, sendo que os números de homicídios são maiores nas mulheres negras do que nas mulheres não negras.

Em relação aos dados de raça/cor das vítimas de intervenções policiais com resultado de morte, é possível observar que, nos três anos disponibilizados, os negros são, pelo menos, 75% das vítimas. Ademais, o quarto gráfico mostra que, entre os anos de 2015 e 2019, uma pessoa negra tinha entre 2,5 e 2,7 a mais de chances de sofrer homicídios vis-à-vis uma pessoa não negra.

Esses dados trazem uma reflexão a respeito dos altos índices de violência que atingem a população negra, principalmente quando analisados os números de homicídios e a violência nas ações das forças de segurança pública. Mostram os principais grupos que são alvos de violência no país, logo, devido a precarização que os atravessa, são vulneráveis à necropolítica. Dessa forma, os dados expõem algo mais que a violência de

um país, estão diretamente associados a uma necropolítica que direciona táticas de precarização a certos grupos cujas vidas são desqualificadas (SILVA, 2020).

Assim sendo, a necropolítica produz estratégias de precarização a grupos específicos na população, planejando e sistematizando técnicas de fazer morrer. Com o poder nas mãos do Estado, o que define a qualidade das vidas são seus próprios interesses, como afirma Berenice Bento (2018): “algumas nascem para viver, outras se tornam vidas matáveis pelo Estado”.

5 CONCLUSÃO

A partir dos estudos foucaultianos, pode-se compreender conceitos essenciais para o entendimento dos elementos estruturantes do estado brasileiro, aqueles que garantem a vida e promovem a morte. A governamentalidade produz táticas de governo e constituição da própria população, gerando políticas de eliminação de determinados grupos sociais e raciais.

Com isso, após pesquisas e estudos sobre o tema e desenvolvimento da pesquisa, conclui-se que a violência racial no Brasil está diretamente relacionada ao racismo estrutural. Devido a institucionalização do racismo no estado brasileiro, a política de matar é agravada pela tolerância com essas formas de violência devido ao luto seletivo da sociedade. Grupos precarizados não demandam luto social, fato que provoca a aceitação dessa oportunidade desigual de viver que é distribuída pelo Estado.

Assim, pode-se apontar a institucionalização do racismo no estado brasileiro, que resultam em dados e um cenário violento para a população negra. Os estudos de raça, racismo e violência racial são complexos e exigem inúmeras reflexões, mas pode-se afirmar que estão intimamente relacionados com as estratégias do Estado na gestão da população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?**. El país Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1ª reimpressão. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2018. São Paulo: FBSP, 2018.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2019. São Paulo: FBSP, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE.

SILVA, Mozart Linhares. **Necropolítica e violência racial no Brasil**. In: BRAGA, A.; SÁ, I. (orgs.). Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. São Paulo: Pontes Editores, 2020, p. 275-304.

BENTO, Berenice. **Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?** Cadernos Pagu (53), 2018.